

---

## INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE DENÚNCIAS

---

As informações são fornecidas como parte do procedimento de Denúncias e serão adquiridas por meio de ferramentas de TI e/ou por meio dos métodos adicionais indicados na documentação específica. Todos os dados pessoais serão processados de acordo com a legislação aplicável de proteção de dados, referindo-se ao Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 sobre a proteção de indivíduos no que diz respeito ao processamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“**GDPR**”), o Decreto Legislativo n.º 196/2003, conforme alterado (“**Código de Privacidade**”), bem como qualquer outra legislação de proteção de dados pessoais aplicável na Itália, incluindo as disposições do Garante (doravante, juntamente com o GDPR, “**Regulamentos de Privacidade**”), em pleno respeito aos direitos e liberdades fundamentais, com especial atenção à confidencialidade da identidade dos titulares dos dados e à segurança do processamento.

As seguintes informações são fornecidas com o objetivo de garantir a transparência em relação ao Denunciante, para conscientizá-lo sobre os termos e condições do processamento dos dados, incluindo o exercício dos direitos relacionados e os limites ao exercício dos mesmos.

### CONTROLADOR DE DADOS

O Controlador de Dados é a **Hidrover Equipamentos Hidráulicos Ltda**, com sede registrada na RS 122 km 95, S/N – Travessão Garibaldi – Flores da Cunha – RS – Brasil.

Em conformidade com a independência e autonomia no cumprimento das obrigações previstas, a Empresa nomeou a Interpump Group S.p.A. como Processador de Dados Pessoais, nos termos do Artigo 28 do GDPR. Em particular, o Processador de Dados é encarregado de gerenciar as denúncias de acordo com os procedimentos estabelecidos no "Procedimento para Gestão de Denúncias" e de processar os dados pessoais em nome do Controlador de Dados.

### ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Encarregado de Proteção de Dados, para todos os assuntos relacionados ao processamento de dados pessoais e ao exercício dos direitos do titular dos dados, pode ser contatado pelo seguinte endereço de e-mail: [dpo@interpumpgroup.it](mailto:dpo@interpumpgroup.it).

### CATEGORIA DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais do Denunciante, bem como os de outras pessoas que possam estar envolvidas e/ou ligadas aos fatos que são objeto da Denúncia (ou também o “Denunciado” ou o “Terceiro”), adquiridos em vinculação com a gestão das Denúncias, serão processados em total conformidade com o disposto no artigo 13 do GDPR e nas disposições do "Procedimento para Gestão de Denúncias".

Os dados pessoais coletados e processados pela Empresa incluem (I) dados de identificação do Denunciante (dados pessoais, detalhes de contato, etc.); (II) dados de identificação do Denunciado e/ou do Terceiro fornecidos pelo Denunciante e/ou posteriormente adquiridos no decorrer das atividades subsequentes de investigação; (III) outros dados que serão inseridos pelo Denunciante ao preencher o formulário de denúncia ou fornecidos oralmente ou adquiridos posteriormente pelos Responsáveis pela Gestão das Denúncias durante as atividades

de investigação preliminar, incluindo quaisquer referências a dados do Denunciante e/ou Terceiros, informados pelo próprio Denunciante ou adquiridos no decorrer das atividades preliminares subsequentes de investigação.

Com referência ao ponto (III) acima, a Empresa não pode excluir que o conteúdo da Denúncia também inclua dados especiais nos termos do artigo 9 do GDPR. Nesse caso, o Controlador de Dados processará os dados, para os fins previstos neste Aviso, de acordo com as disposições do artigo 9, parágrafo 2, letra b), do GDPR.

## **FINALIDADE DO PROCESSAMENTO**

Os dados pessoais do Denunciante, do Denunciado e/ou do Terceiro serão coletados e processados, no âmbito do procedimento de Denúncias, exclusivamente para fins de investigação e apuração dos fatos objeto da Denúncia e de adoção das medidas consequentes. Em particular, os dados pessoais coletados serão apenas aqueles necessários e pertinentes para o alcance das finalidades indicadas acima, com base no princípio da minimização.

Os dados pessoais que não forem úteis para o processamento de uma Denúncia específica não serão coletados ou, se acidentalmente coletados, serão imediatamente excluídos.

## **BASE LEGAL PARA O PROCESSAMENTO**

A base legal para o processamento dos dados pessoais do Denunciante, do Denunciado e/ou do Terceiro, fornecidos no contexto de denúncias relativas a supostas irregularidades, crimes e/ou condutas omissivas prejudiciais ao interesse público ou à integridade da Empresa, das quais tenham tomado conhecimento em razão da relação de trabalho, ou seja, em razão ou por ocasião da mesma, encontra-se no cumprimento da obrigação legal, nos termos do artigo 6, parágrafo 1, letra c), e do artigo 9, parágrafo 2, letra b), do GDPR.

Esses dados também podem ser processados para atender a solicitações das autoridades administrativas ou judiciais competentes e, de forma mais geral, de órgãos públicos solicitantes, em conformidade com as formalidades estabelecidas por lei.

O Controlador de Dados também pode processar dados pessoais para:

- (I) necessidades de controle interno e monitoramento de risco de negócio, bem como para otimização e racionalização dos negócios internos e processos administrativos que possam implicar uma retenção mais longa da Denúncia do que a mera gestão e resolução Denúncia em questão;
- (II) verificar, exercer ou defender um direito ou interesse legítimo do Controlador de Dados (incluindo outras empresas do Interpump Group) em qualquer fórum competente.

A base legal para o processamento referido nos pontos (i) e (ii) acima se encontra, respectivamente, no interesse legítimo do Controlador de Dados em garantir a eficiência da organização da empresa, também com vistas à prevenção e combate eficaz à conduta fraudulenta, ilícita ou irregular, bem como no exercício do direito de defender suas razões nos fóruns adequados.

O fornecimento dos dados não é obrigatório, uma vez que denúncias anônimas são possíveis, mas a recusa em fornecer esses dados pode dificultar a verificação sobre se a Denúncia está bem fundamentada, caso ela não esteja embasada em elementos precisos e concordantes, não se refira a fatos verificáveis e/ou não contenha todos os elementos necessários para realizar a referida verificação.

## **AUTORIZAÇÕES DE PROCESSAMENTO**

Os dados fornecidos no âmbito das Denúncias estão sujeitos a processamento pelos “Responsáveis pela Gestão das Denúncias”, em conformidade com os métodos estabelecidos pelo Controlador de Dados e em conformidade com os Regulamentos de Privacidade, com garantia dos princípios de legalidade, correção, transparência e relevância.

Em qualquer caso, a identidade e os dados pessoais do Denunciado, do Denunciante e/ou de quaisquer Terceiros envolvidos na Denúncia serão processados em conformidade com o princípio da confidencialidade, também por meio do uso de sistemas criptografados, e com todas as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para garantir a segurança do processamento.

## **DESTINATÁRIOS/CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS**

Os destinatários dos dados pessoais do Denunciante, do Denunciado e/ou de Terceiros são os Responsáveis pela Gestão das Denúncias, que, em conformidade com as disposições dos Regulamentos de Privacidade e do “Procedimento para a Gestão de Denúncias” adotado pela Empresa, devem garantir a confidencialidade da identidade do Denunciante.

Os Responsáveis pela Gestão das Denúncias estão autorizados a processar os dados e receberam treinamento específico sobre a legislação de Denúncias e sobre a proteção de dados pessoais, com referência específica às medidas de segurança e proteção da confidencialidade das pessoas envolvidas e das informações contidas nas Denúncias. Além disso, nos casos em que for necessário para fins de apuração do fato que seja objeto da Denúncia, das atividades investigativas pertinentes e da adoção das medidas consequentes, bem como para a instauração de eventuais medidas disciplinares, os destinatários dos dados pessoais das pessoas envolvidas podem ser outras funções da Empresa e quaisquer consultores.

Fica entendido em qualquer caso que a identidade do Denunciante não poderá ser revelada sem o seu consentimento, que será solicitado pelos Responsáveis pela Gestão das Denúncias nos casos especificamente previstos nos Regulamentos de Denúncias.

A Empresa também garante a confidencialidade das informações relativas a (I) a identidade do Denunciado (a chamada pessoa envolvida); (II) o facilitador (tanto em relação à identidade quanto à atividade na qual a assistência ocorre); (III) pessoas que, embora não sejam denunciadas, foram mencionadas na denúncia (ex.: testemunhas, Terceiros), até a conclusão do processo iniciado em razão da denúncia e em conformidade com as mesmas garantias previstas em favor do Denunciante.

Se necessário, os dados das pessoas envolvidas também podem ser comunicados às Autoridades Judiciais e órgãos de investigação para fins de ativação dos procedimentos necessários para garantir a devida proteção em decorrência da Denúncia, bem como para quaisquer investigações que possam ser necessárias.

Em qualquer caso, serão tomadas todas as medidas necessárias para proteger os dados pessoais contra destruição acidental ou ilícita, perda e divulgação não autorizada no decorrer das atividades visando à verificação da validade da Denúncia.

## **TRANSFERÊNCIA DE DADOS PARA PAÍSES FORA DA UE**

Os dados pessoais processados para os fins mencionados acima não são transferidos para países terceiros fora da União Europeia ou do Espaço Econômico Europeu (EEE) nem para organizações internacionais.

Se necessário, o Controlador de Dados terá o direito de mover a localização dos arquivos e servidores para a Itália e/ou a União Europeia e/ou países fora da UE. Neste último caso, garante-se, desde já, que a transferência de dados para fora da UE ocorrerá em conformidade com as disposições legais aplicáveis, estipulando, quando necessário, acordos que garantam um nível adequado de proteção e/ou adotando as cláusulas contratuais padrão previstas pela Comissão Europeia.

## **PERÍODO DE RETENÇÃO DOS DADOS COLETADOS**

Os dados pessoais coletados para os fins mencionados acima serão mantidos por nós pelo tempo necessário para a realização das atividades de apuração dos méritos e da gestão das Denúncias e, em qualquer caso, por um período não superior a cinco anos a partir da data de comunicação do resultado final do procedimento de Denúncias.

## **DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS**

Nos termos dos artigos 15 e seguintes do GDPR, são garantidos aos titulares dos dados certos direitos, que podem ser exercidos dentro dos limites de sua compatibilidade com a legislação de Denúncias e as disposições do artigo 2-undécies do Decreto Legislativo n.º 193/2003, a saber:

- **Direito de acesso:** o direito de obter, sem demora indevida, informações sobre (I) as finalidades do processamento; (II) as categorias de dados pessoais processados; (III) os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados podem ser divulgados, em particular se localizados em países fora da UE, e os meios de exercer seus direitos em relação a essas pessoas; (IV) quando possível, o período de armazenamento ou os critérios para determiná-lo; (V) a atualização, retificação ou, quando houver interesse, a integração de dados pessoais, bem como a origem dos dados coletados de terceiros;
- **Direito de retificação:** o direito de obter, sem demora indevida, a retificação de dados pessoais incorretos e, considerando as finalidades do processamento, obter a complementação de dados pessoais incompletos, inclusive mediante fornecimento de declaração complementar;
- **Direito ao apagamento:** o direito de obter, sem demora indevida, o apagamento dos dados pessoais quando um dos motivos listados no artigo 17, parágrafo 1, do GDPR for aplicável - como quando os dados pessoais não forem mais necessários em relação às finalidades para as quais foram coletados ou de outra forma processados – a menos que o processamento seja necessário com base nas disposições do parágrafo 3 do artigo 1 do GDPR, incluindo (a) o cumprimento de uma obrigação legal que exija o processamento conforme previsto pela legislação da União ou do Estado-Membro à qual o Controlador esteja sujeito, ou (b) a execução de uma tarefa realizada no interesse público ou no exercício da autoridade oficial conferida ao Controlador, ou (c) o estabelecimento, exercício ou defesa de reivindicações legais;
- **Direito à restrição:** o direito de obter a limitação do processamento quando um dos casos referidos no artigo 18, parágrafo 1, do GDPR for aplicável: se o processamento for restringido, os dados pessoais serão processados - exceto para armazenamento – apenas com o consentimento do titular dos dados ou para o estabelecimento, exercício ou defesa de reivindicações legais ou para proteger os direitos de outra pessoa física ou jurídica ou por motivos de interesse público substancial da União ou de um Estado Membro.

Ressalta-se que o exercício dos direitos acima mencionados pelo interessado poderá ocorrer mediante o envio das solicitações correspondentes para o endereço de e-mail [privacy.wb.interpumpgroup@legalmail.it](mailto:privacy.wb.interpumpgroup@legalmail.it).

Se o titular dos dados considerar que as operações de processamento que lhe dizem respeito violam a Política de Privacidade, terá o direito de apresentar uma reclamação à autoridade de proteção de dados competente.